

Chimérica: Entre a Cooperação e o Confronto Sino–Americano

Gabriela Tamiris Rosa Corrêa¹

Resumo: O artigo ilustra, sinteticamente, a influência das variações no poder relativo entre China e Estados Unidos nas dinâmicas das relações sino-americanas entre 1970-2018. Além disso, analisa o impacto da retórica nacionalista estadunidense para estas relações hodiernamente. Para a realização do trabalho, utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, com o auxílio dos procedimentos técnicos de análise bibliográfica e documental. Os resultados parciais demonstram que as variações no poder relativo entre China e Estados Unidos influenciaram na existência de três dinâmicas relacionais, quais sejam: (i) aproximação nos anos 1970, (ii) equidistância entre os anos 1990 e meados dos anos 2000 e (iii) afastamento após a ascensão de Donald Trump na presidência norte-americana.

Palavras-chave: China. Estados Unidos. Poder. Relações Sino-Americanas.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1 Introdução

Em *The Long Twentieth Century*, Giovanni Arrighi (2010) analisa o desenvolvimento dos ciclos sistêmicos de acumulação capitalista, que são delineados por momentos de expansão e de retração material e financeira, onde um novo centro de poder substitui o antigo. Para o autor, o caos sistêmico dos anos 1970 caracterizou-se como a “crise sinalizadora do longo século americano”, marcando a decadência do regime hegemônico ocidental calcado no sistema de Bretton Woods. Em *Adam Smith in Beijing*, Arrighi (2007a) explora a trajetória da ascensão da China como um dos epicentros da economia global contemporânea. Na obra, o autor discorre sobre as possíveis consequências de uma hegemonia chinesa e do declínio dos Estados Unidos da América (EUA) para o funcionamento do sistema internacional.

Atualmente, discute-se a possibilidade da (re)emergência de um sistema sinocêntrico no Sudeste Asiático, tendo em vista a projeção chinesa em termos políticos, militares, econômicos e simbólicos na região, aos moldes dos séculos X e XV (HENDLER, 2018). O atual modelo de ascensão pacífica chinesa, ao contrário da ascensão beligerante dos EUA no século XX, tem solidificado a influência do país asiático em diversas regiões do globo, como na própria Ásia, na África e na América Latina (ARRIGHI, 2007a). Considerando essas dinâmicas de poder emergentes no sistema internacional atual, este artigo dialoga com o seguinte problema de pesquisa: “Como as variações no poder relativo entre China e Estados Unidos relacionaram-se com as transformações nas interações sino-americanas entre 1970-2018?”.

O objetivo geral desta investigação, então, é analisar de que maneira as variações no poder relativo entre China e Estados Unidos impactaram nas transformações de suas relações bilaterais. Os objetivos específicos abrangem: (i) compreender as variações do poder relativo entre chineses e norte-americanos, através da revisão bibliográfica e da análise de dados referentes ao poder material, aos gastos militares e ao Produto Interno Bruto (PIB); (ii) estudar a influência destas modificações conjunturais para as relações entre China e EUA desde os anos 1970 até 2018; e (iii) analisar a influência das retóricas nacionalistas de Donald Trump para as relações sino-americanas atuais. A justificativa temporal para o recorte de 1970-2018 advém,

primordialmente, da retomada das relações diplomáticas entre China e EUA no primeiro período e da eclosão da guerra comercial entre os dois países no segundo.

O poder é um dos conceitos mais controversos nos estudos de Relações Internacionais. Segundo Dahl (*apud* BALDWIN, 2016), o poder é a capacidade de um Estado impor a sua vontade perante os demais. Para os realistas, este conceito se relaciona ao campo militar e securitário, onde o objetivo último do Estado é a sua sobrevivência em um sistema anárquico. Para os liberais, o poder vincula-se à alocação de recursos econômicos para atender os objetivos específicos do Estado de forma eficiente (BALDWIN, 2016). Contemporaneamente, Joseph Nye (2011) define o *Smart Power* como o poder predominante, isto é, aquele em que há a combinação da coerção do *hard power* com a persuasão e a atração do *soft power*. Para o autor, os recursos de poder (militares e econômicos) são imprescindíveis, mas devem ser combinados com as habilidades do Estado para atingir os objetivos definidos (NYE, 2011).

Portanto, a noção de poder como capacidades estatais ainda permanece (BALDWIN, 2016). Essas capacidades são as habilidades do Estado em promover o desenvolvimento doméstico (AGUIAR; LIMA, 2019) e, conseqüentemente, em adquirir maior margem de barganha no sistema internacional. Na visão macroeconômica, a capacidade do Estado vincula-se à eficiência das agências e burocracias governamentais na implementação de políticas anti-pobreza e pró-desenvolvimento, garantindo os direitos dos cidadãos e o fornecimento de bens públicos (KHEMANI, 2019). Para Linda Weiss (1998), as capacidades estatais, no contexto da globalização, relacionam-se ao papel do Estado na coordenação de mudanças econômicas domésticas, a fim de manter-se à frente na competição internacional. Anna Jaguaribe (2016) denota que essas capacidades se dão no planejamento, na coordenação e na execução da política tecnológica de longo prazo, através de políticas abrangentes e complexas.

Isso posto, a hipótese central da pesquisa denota que as variações no poder relativo (aqui definido como a combinação entre recursos e capacidades para promover o desenvolvimento nacional e alcançar um melhor posicionamento sistêmico) entre China e EUA impactaram na existência de diferentes dinâmicas relacionais durante todo o período, evidenciando uma dicotomia entre posições de

cooperação e de confronto – não bélico. Enquanto o poder era mais assimétrico, com predominância norte-americana, as relações bilaterais eram mais estáveis e simbióticas. Por outro lado, com a ascensão econômica e tecnológica da China a partir dos anos 2000, os norte-americanos passaram a vê-la como um potencial adversário, originando uma competição estratégica (WANG; ZENG, 2020). Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se o método hipotético-dedutivo, com o auxílio da análise bibliográfica e documental. Os resultados parciais demonstram que as variações no poder relativo entre China e EUA influenciaram na existência de três dinâmicas relacionais: (i) aproximação nos anos 1970, (ii) equidistância entre os anos 1990 e meados dos anos 2000 e (iii) afastamento bilateral após a ascensão de Donald Trump.

Para além desta introdução, o artigo estrutura-se em três seções e uma breve conclusão. Na primeira seção são analisados os fenômenos basilares que catalisaram a aproximação sino-americana em meados dos anos 1970, em especial o enfraquecimento de ambos no sistema internacional. Na segunda seção são investigados os elementos característicos da neutralidade dos dois países a partir da década de 1990, que resultou na equidistância bilateral até meados dos anos 2000. Por fim, na terceira seção é explorada a influência das retóricas nacionalistas e protecionistas estadunidenses, impulsionadas pela ascensão chinesa, para o afastamento sino-americano atual.

2 As Crises Nacionais e o Apaziguamento Sino-Americano dos Anos 1970

A segunda metade do século XX se caracterizou pelo advento do ideário terceiro-mundista, pela bipolaridade estrutural entre EUA e União Soviética (URSS), pela ascensão de um novo modelo de acumulação capitalista, denominado flexível (HARVEY, 1989), e pelo surgimento de novos atores na conjuntura mundial a partir da descolonização afro-asiática. Esses fenômenos estruturais, somados às condições internas da China e dos Estados Unidos, (res)significaram as relações sino-americanas, denotando um *turning point* em suas políticas bilaterais. Em vista disso, a presente seção analisa a aproximação entre China e Estados Unidos nos anos 1970, a partir da reestruturação de poder dos dois países.

Para os EUA, a derrocada do sistema de Bretton Woods (1971), juntamente com a ascensão de novos *players* na economia-mundo, como o Japão, implicou na reorganização do sistema financeiro global, em que os norte-americanos passaram a não ser mais o núcleo. Concomitantemente, as crises do petróleo (1973 e 1979) e o fracasso na Guerra do Vietnã (1955-1975) elevaram a crise fiscal e inflacionária já existente (MARZANO, 2011), demonstrando a insustentabilidade da guerra e da rigidez do modelo de acumulação fordista, no qual os EUA eram o epicentro (HARVEY, 1989). Esses fatores revelaram que “a economia norte-americana, junto ao sistema capitalista, passava por um período de contração no qual as bases políticas, econômicas e militares encontravam-se ameaçadas” (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 220), visto que se vislumbrava uma bifurcação entre poder econômico e militar ao redor do globo (ARRIGHI, 2007b).

A partir desse cenário, a formulação da Doutrina Nixinger pelo então presidente, Richard Nixon (1969-1974), e pelo Conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger (1969-1975), viabilizou uma nova jogada estadunidense no tabuleiro do xadrez geopolítico. A nova política externa norte-americana baseou-se na autoajuda, na responsabilidade regional primária, e na responsabilidade residual dos EUA em proteger os seus aliados contra os inimigos externos (JORDAN; TAYLOR; MAZARR, 1999 *apud* LEITE, 2005, p. 57). Segundo Tancredi (2018, p. 14) “a ideologia era eliminada como principal critério de identificação de ameaças, e o interesse nacional passava a ser expresso como núcleo da estratégia internacional dos EUA”.

A perda de prestígio e o enfraquecimento da economia estadunidense, somados ao rompimento sino-soviético, denotaram o fim da estratégia norte-americana de contenção pelo isolamento chinês, tendo em vista a importância do país para contrabalancear o poder soviético na Ásia (LEITE, 2005). Somado a isso, a declaração de Nixon de que o país não interviria nos assuntos domésticos dos demais países – desde que o interesse nacional não fosse lesado –, bem como o reconhecimento público da importância chinesa², permitiram o (re)avivamento da nação norte-americana. Iniciava-se, assim, a estratégia de contenção pelo engajamento

2 “Não era possível manter a China para sempre fora da família das nações, nutrindo fantasias, acalentando rancores e ameaçando seus vizinhos. Não era possível manter por mais tempo a China em um isolamento res-sentido” (NIXON, 1969 *apud* LEITE, 2010, p. 352-353).

chinês, permeado pelo realismo político de Henry Kissinger (LEITE, 2010). De acordo com Pecequillo (2014):

Para a hegemonia, [a contenção pelo engajamento] implica uma autor-restrição estratégica no uso de seu poder e que se encontra associada a sua legitimação. Isso significa que os Estados Unidos se “autocontém”, o que fortalece sua imagem de hegemonia “benigna” (PECEQUILO, 2014, p. 95).

A nova política externa norte-americana serviu como base para o apaziguamento com os soviéticos nos anos 1970 e, primordialmente, para que o país retomasse as suas capacidades estatais e o seu prestígio global. Ademais, as tensões sino-soviéticas, ocorridas devido à concentração militar da URSS na China e ao posterior choque de ambos nas margens do Rio Ussuri (1969), serviram como elemento catalisador para as novas relações internacionais do período. A partir da Doutrina Nixinger, os EUA praticaram a “diplomacia triangular”, considerando a importância de relações estáveis entre China, Estados Unidos e URSS para o equilíbrio de poder e a estabilidade sistêmica (KISSINGER, 1996). Ao mesmo tempo, a China elaborou uma nova estratégia de política externa, metaforicamente representada por uma partida amistosa de pingue-pongue entre jogadores chineses e norte-americanos em 1971 no Japão, marcando um avanço significativo para as relações diplomáticas com os EUA (KOBIERECKI, 2016).

Simultaneamente à crise norte-americana, a China vivenciava o declínio do seu poderio entre os anos 1960 e 1970. O fracasso do Grande Salto Adiante (1960), a repressão da sociedade através da Revolução Cultural (1969), as disputas internas no Partido Comunista Chinês, os conflitos com Taiwan e, por fim, o confronto sino-soviético (1969), demonstraram a urgência de alterações nas políticas doméstica e externa da nação (CARVALHO; CATERMOL, 2009). Além disso, o país se encontrava às margens das relações internacionais do período, com uma política externa predominantemente isolacionista em relação ao Ocidente e não sendo reconhecido como representante do povo chinês na Organização das Nações Unidas (ONU) até 1971 (AMARAL, 2011).

Entre os anos 1950 e 1960, apesar da inclinação ideológica soviética, a China se caracterizava como o país mais radical dentre os revolucionários. O comportamento chinês no sistema internacional solidificava o desejo por uma nova ordem mundial, na qual se observavam “como virtudes o confronto e a subversão, e não a

ordem e a estabilidade” (SPEKTOR, 2010, p. 14). Portanto, a insurreição chinesa caracterizava-se pela negação ao imperialismo, seja ele advindo dos EUA ou da URSS, visto que “o comunismo chinês não [poderia] ser encarado simplesmente como uma subvariedade do comunismo soviético, e menos ainda como parte do sistema de satélites [daquele país]” (HOBSBAWN, 1995, p. 448).

Naquele período, a falta de recursos e de capacidades estatais para impulsionar o desenvolvimento nacional, devido aos fracassos do Grande Salto Adiante e do isolamento chinês em âmbito sistêmico, foi notável. “Para alcançar a segurança do país, [Mao Tsé-Tung] estava disposto a mudar o centro de gravidade da política chinesa e efetuar uma troca de alianças” com os norte-americanos (KISSINGER, 2012, p. 151). Segundo Nye (2011):

A China sob Mao construiu seu poderio militar (incluindo armas nucleares) e usou o *soft power* da doutrina revolucionária maoísta e a solidariedade do Terceiro Mundo para cultivar aliados no exterior, mas após o esgotamento da estratégia maoísta na década de 1970, os líderes chineses recorreram a mecanismos de mercado para promover o seu desenvolvimento econômico (NYE, 2011, p. 211, tradução nossa³).

Logo, a aproximação sino-americana em meados dos anos 1970 foi o xeque-mate dos *players* chineses e norte-americanos, que objetivou, simultaneamente, o cerceamento do domínio soviético e a retomada de capacidades e de prestígio para ambos os Estados. A aproximação bilateral marcou a configuração de um novo *standard* na ordem mundial. Assim,

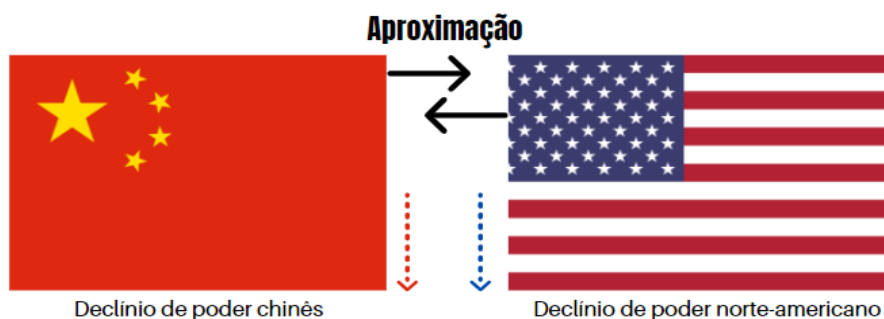
com relativa rapidez, Estados Unidos e China retomaram suas relações diplomáticas – em 1969, as conversações foram reiniciadas; em 1971, a República Popular da China (RPC) passou a fazer parte da ONU no lugar de Taiwan; em 1972, Nixon visitou a China e foi lançado o comunicado de Xangai, seguido por outro mais complexo em 1973, finalizado, em 1979, houve o reconhecimento da RPC e desde então os Estados Unidos perseguem a ‘política de uma só China’ (PECEQUILO, 2005, p. 196 *apud* AMARAL, 2011, p. 6).

Assim sendo, a incerteza global da Guerra Fria e as crises econômicas e de legitimidade política de ambos os países perante as comunidades nacional

3 No original: “China under Mao built its military strength (including nuclear weapons) and used the soft power of Maoist revolutionary doctrine and Third World solidarity to cultivate allies abroad, but after the exhaustion of the Maoist strategy in the 1970s, Chinese leaders turned to market mechanisms to foster economic development” (NYE, 2011, p. 211).

e internacional serviram como catalisadores para o estreitamento das conexões sino-americanas. Para os EUA, havia percepções de que a supremacia nuclear estava se enfraquecendo, de que o poderio da URSS estava se aproximando e de que a recuperação econômica da Europa e do Japão poderiam se tornar possíveis ameaças à sua liderança sistêmica. Ademais, em virtude dos enormes dispêndios com a Guerra do Vietnã, o país passava por uma crise econômica, política e de legitimidade doméstica. Para a China, o enfraquecimento do poder e das capacidades estatais e as percepções de ameaça também eram grandes, tendo em vista as tensões com Vietnã, Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Índia, além das divergências crescentes com a URSS (TANCREDI, 2018). Desse modo, as dinâmicas dos anos 1970, caracterizadas pelo declínio do poder de EUA e China e pela aproximação bilateral, são expressas na figura 1 a seguir.

Figura 1 – Anos 1970: Declínio de poder e aproximação sino-americana



Fonte: elaboração nossa.

As dinâmicas conjunturais da época, somadas às debilidades sino-americanas do período, serviram como sustentáculos para a aproximação entre esses atores, gerando ganhos recíprocos “por meio de fortes fluxos de investimento externo norte-americano na China e posterior fluxo de exportações chinesas para os EUA” (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 217). Portanto, a consequente “[...] estratégia de engajamento era apropriada não só aos objetivos americanos de

contenção das ambições chinesas, mas apropriada também aos interesses chineses de reinserção internacional com status de potência” (LEITE, 2010, p. 345).

3 Equidistância Bilateral (1990-2000): Ascensão Chinesa e Hegemonia Estadunidense

A partir da aproximação dos anos 1970 e da consequente normalização das relações bilaterais, China e EUA tornaram-se basilares para sua coexistência pacífica, pois significativos volumes de trocas comerciais passaram a ser realizados, propiciando o alto crescimento dos respectivos Estados (AMARAL, 2011). Ademais, a ascensão de Deng Xiaoping no governo chinês (1978-1990) caracterizou-se como um ponto de inflexão na política externa da China. Seu governo foi marcado pela instituição do Socialismo de Mercado⁴, pela criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)⁵, pela abertura diplomática do país, e pela modernização chinesa guiada pelo protagonismo estatal (VIZENTINI, 2011).

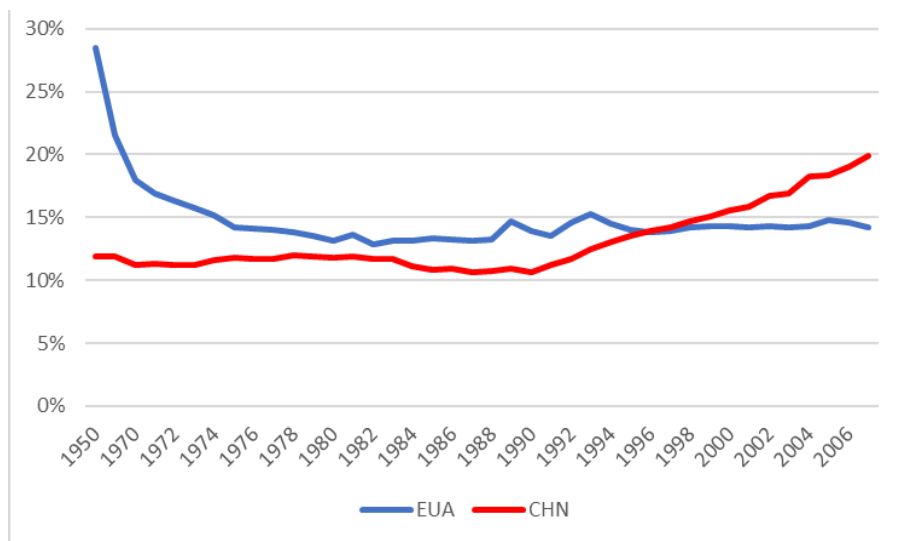
Essa nova conjuntura doméstica propiciou uma mudança gradual na estrutura de poder mundial, pois a China passou a crescer econômica e militarmente de forma significativa. O gráfico abaixo, elaborado com base nos dados do *Composite Index of National Capability* (THE CORRELATES OF WAR PROJECT, 2021), demonstra esse processo através da transformação do poder material chinês e norteamericano. “O conjunto de dados de Recursos Materiais Nacionais contém valores anuais para população total, população urbana, produção de ferro e aço, consumo de energia, efetivo militar e gastos militares de todos os Estados-membros” (COW, 2021, online, tradução nossa⁶). De forma geral, o índice mede a participação do Estado nestas variáveis em relação ao total de países. Variando entre 0 e 1, zero indica que o país possui 0% do total de recursos presentes no sistema naquele ano, e um indica que o estado possui 100% dos recursos (COW, 2021).

⁴ Elias Jabbour (2019) define o socialismo de mercado como uma “fusão entre a economia monetária, o keynesianismo e a planificação soviética”. Para o autor, trata-se de uma formação econômico-social asiática que possui raízes históricas e “é caracterizada pela coexistência em uma mesma formação econômico-social de modos de produção distintos” (JABBOUR, 2019 *apud* MACHADO, 2019).

⁵ As ZEEs são áreas localizadas nas cidades costeiras da China destinadas a alavancar a produção e a exportação industrial do país, bem como a obtenção de tecnologia. Essas áreas gozam de maior flexibilidade legislativa (VIZENTINI, 2011).

⁶ No original: “The National Material Capabilities data set contains annual values for total population, urban population, iron and steel production, energy consumption, military personnel, and military expenditure of all state members” (COW, 2021, online).

Gráfico 1 – Mudanças no poder material chinês e norte-americano (1950-2006)



Fonte: COW (2021), elaboração nossa.

Na análise do gráfico 1, verifica-se que nos anos 1950 o poder material da China representava cerca de 12% do poder total mundial, enquanto o dos EUA beirava os 30%. Nos anos 1970, o poder material norte-americano sofreu uma queda significativa, como analisado na seção 2 do trabalho, e o chinês continuava constante. No fim dos anos 1990, a China começou a ultrapassar o poder material norte-americano, o qual continuou constante até 2006 (COW, 2021). Ressalta-se, no entanto, que a população chinesa sempre foi maior que a dos EUA no período em análise e que esse fator acaba por influenciar os dados apresentados. Assim, não obstante a aproximação dos anos 1970, as relações entre os dois países sofreram algumas intercorrências a partir dos anos 1980/1990 em virtude das mudanças da política externa e da nova reorganização do poder relativo no período. Conforme demonstra Tancredi (2018):

Após o colapso da URSS [...] os primeiros sinais de retomada de competição entre ambos os Estados retornaram, acelerando-se nos anos 2000. O impressionante desenvolvimento econômico e a decorrente intensificação no ativismo internacional e expansão de influência chinesa, em conjunto

a uma percepção de perda de influência estadunidense, [levaram] a um intenso debate acerca de como se [daria] a ascensão da China a uma posição de superpotência e as possíveis reações estadunidenses em um contexto de crescente disputa por poder (TANCREDI, 2018, p. 20).

Sob a administração de George H. W. Bush (1989-1993) e, posteriormente, de Bill Clinton (1993-2001), os EUA passaram a apontar algumas dificuldades nas relações bilaterais com a China. Dentre essas, destacam-se temáticas concernentes aos direitos humanos, muito precárias na época, apesar da progressiva adesão chinesa aos tratados internacionais desta seara (DUMBAUGH, 2003; SPEKTOR 2010). Após o Massacre na Praça da Paz Celestial em 1989, os EUA prontamente impuseram sanções econômicas e suspenderam as vendas de cunho militar para os chineses, visto a repercussão internacional negativa deste evento. Ainda,

em 1994, a China protegeu o regime comunista da Coreia do Norte da ameaça de uma intervenção preventiva dos Estados Unidos para neutralizar o programa nuclear norte-coreano. A democratização do regime nacionalista chinês esteve na origem das crises bilaterais de 1995 e 1996, quando Pequim tentou intimidar os eleitores em Taiwan com exercícios de mísseis, aos quais Washington respondeu com a demonstração da sua força naval nos estreitos da Formosa (GASPAR, 2014, p. 21).

Ademais, em 1999, devido a uma intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Iugoslávia, uma bomba norte-americana atingiu a embaixada chinesa em Belgrado, na Sérvia, gerando protestos e ataques à embaixada estadunidense em Pequim. Além disso, a inicial falta de apoio dos EUA ao ingresso chinês na Organização Mundial do Comércio (OMC)⁷, o alargamento das vendas de armamentos norte-americanos para Taiwan, e a colisão entre uma aeronave espiã estadunidense com um caça chinês em 2001 intensificaram ainda mais a equidistância sino-americana. Em virtude desses acontecimentos, a relação bilateral entre os países nos anos 1990 caracterizou-se como um grande hiato que, posteriormente, foi preenchido pela progressiva normalização nos anos 2000 (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011).

Apesar da equidistância que vigorou nas relações nos anos 1990, nos governos chineses de Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2003-2013), e no governo estadunidense de George W. Bush (2001-2009), as interações e a simbiose bilateral

⁷ A China entrou na OMC em novembro de 2001, após 15 anos de negociações (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011).

voltaram a progredir paulatinamente. “Após o apoio chinês na empreitada americana de combate ao terrorismo internacional, sobretudo no Afeganistão e no Iraque, as relações entre estes dois países melhoraram de forma gradual entre 2001 e 2008” (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011, p. 20). De acordo com Nye (2011):

Em 2007, o presidente Hu Jintao proclamou a importância de investir no *soft power* da China. Do ponto de vista de um país que estava fazendo enormes avanços em poder econômico e militar, essa era uma estratégia inteligente. Ao acompanhar a ascensão de seu *hard power* com esforços para se tornar mais atraente, a China pretendia reduzir o medo e a tendência de equilibrar o poder chinês que, de outra forma, poderia crescer entre seus vizinhos (NYE, 2011, p. 211, tradução nossa⁸).

No governo de Barack Obama (2009-2017) ocorreram, ainda, algumas tensões nas relações bilaterais, relacionadas, principalmente, à venda de armamentos norte-americanos para Taiwan, à visita de Dalai Lama na Casa Branca, e à Crise Financeira de 2008-2009. “Em 2009, a China se orgulhava de seu sucesso em conseguir sair da recessão mundial com uma alta taxa de crescimento econômico. Muitos chineses concluíram que isso representava uma mudança no equilíbrio de poder mundial e que os Estados Unidos estavam em declínio” (NYE, 2011, p. 211, tradução nossa⁹).

Nesse período, a estratégia de política externa norte-americana em relação à China denominou-se “congruência”, pois, ao mesmo tempo em que os EUA “engajavam a China através das relações comerciais e diplomáticas, aumentavam as capacidades e redes de cooperação estadunidenses no Leste Asiático, ativando uma estratégia de contenção ao poderio chinês em sua própria região” (FRIEDBERG, 2011 *apud* TANCREDI, 2018, p. 20). Essa aproximação econômica, militar e política dos EUA com os demais países asiáticos para reduzir a influência chinesa foi denominada “Pivô da Ásia” (TANCREDI, 2018). No entanto,

a estratégia de Obama [de contenção pelo engajamento] não só fracassou como fez aumentar as desconfianças do governo chinês e o estimulou a

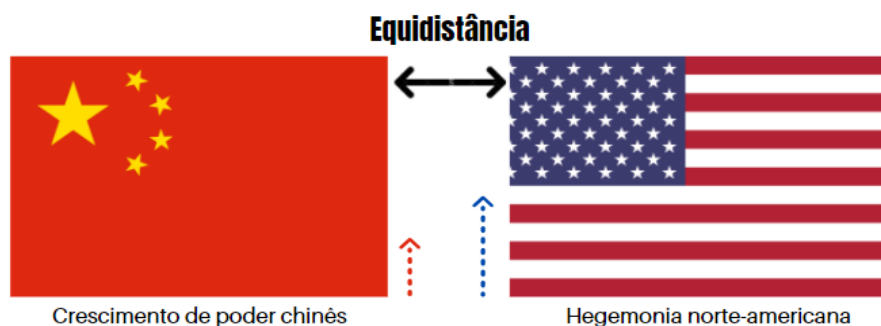
8 No original: “In 2007, president Hu Jintao proclaimed the importance of investing in China’s soft power. From the point of view of a country that was making enormous strides in economic and military power, this was a smart strategy. By accompanying the rise of its hard power with efforts to make itself more attractive, China aimed to reduce the fear and tendencies to balance Chinese power that might otherwise grow among its neighbors” (NYE, 2011, p. 211).

9 No original: “In 2009, China was just proud of its success in managing to emerge from the world recession with a high rate of economic growth. Many chinese concluded that this represented a shift in the world balance of power and that the Unites States was in decline” (NYE, 2011, p. 211).

contrabalançar a ação americana com iniciativas tais como a Parceria Econômica Abrangente; a Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico; o projeto de um cinturão, uma rota, e a criação do Banco dos BRICS e do Banco Asiático de Infraestrutura (GUIMARÃES, 2020).

Com a maior presença da China em diversas regiões e em diversas frentes – econômicas, militares, políticas –, o poder relativo e as capacidades estatais entre o país asiático e os EUA para gerar bens públicos nacionais e internacionais se reduziram e, portanto, as relações bilaterais tornaram-se cada vez mais ambíguas. A figura a seguir expressa as relações sino-americanas a partir da redução do *gap* entre o poder relativo da China e dos EUA entre os anos 1990 e meados dos anos 2000.

Figura 2 – Anos 1990 e 2000: Hegemonia estadunidense, crescimento chinês e equidistância sino-americana



Fonte: elaboração nossa.

A figura demonstra que nas décadas de 1990-2000, a China e os EUA mantiveram relações bilaterais menos intensas, em virtude do crescimento chinês frente à hegemonia norte-americana e das divergências político-econômicas em algumas agendas da época. Além disso, devido à ascensão de grupos terroristas, os Estados Unidos passaram a dar ênfase em uma política externa e de defesa mais vinculada a esse fenômeno, tornando secundárias outras temáticas. Sem embargo, “enquanto a China se [fortalecia] materialmente e sua influência internacional se [expandia], Pequim obteve mais poder de barganha para negociar com Washington, e acredita que merece mais respeito e acomodação dos EUA quando se trata das preocupações

prioritárias da China” (XINBO, 2011, p. 3, tradução nossa¹⁰). Assim, a redução da diferença no poder relativo dos dois países, especialmente após a crise de 2008, resultou na equidistância sino-americana rumo à competição estratégica recente.

4 Nacionalismo e Protecionismo: o Afastamento Sino-Americano na Era Trump-Xi Jinping

Com a ascensão de Trump na Casa Branca em 2016, as relações bilaterais com a China tornaram-se cada vez mais incertas. Durante todo o seu mandato, que durou até o final de 2020, o presidente norte-americano adotou uma postura de enfrentamento contra o gigante asiático. Em dezembro de 2016, Trump ligou para a presidente de Taiwan, Tsai Ing-Wen, rompendo o respeito à tradição diplomática de “Uma só China”, adotada por Nixon em 1979 (SEALES, 2020). Na 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 2018, o então presidente rechaçou o que ele chamou de “globalismo”, termo cunhado para designar negativamente as relações internacionais chinesas e utilizado “por líderes nacionalistas-populistas para condenar elites envolvidas em negócios globais, como comércio e instituições internacionais” (NYE, 2019 *apud* GRAGNANI, 2019, online).

Além disso, Trump frequentemente afirmou que a China roubava a tecnologia e os empregos do seu país, visto que o *déficit* comercial com os chineses se tornava cada vez maior. Xi Jinping, por sua vez, agiu cautelosamente, denotando a importância das relações sino-americanas estáveis para ganhos recíprocos entre as nações (BARTSCH; STANZEL, 2017). Isso posto, a presente seção do trabalho analisa o recente afastamento sino-americano, catalisado pelo endosso de discursos nacionalistas de Donald Trump, em virtude do ininterrupto crescimento econômico e militar da China.

“Em Pequim, como em Washington, o apoio à globalização está sob pressão. O desenvolvimento pacífico é a política oficial da China, mas alguns chineses debatem as intenções dos EUA e a melhor maneira de equilibrar as suas relações com os norte-americanos” (HILLS; BLAIR, 2007, p. 9, tradução nossa¹¹). Por outro

10 No original: “As China strengthens materially and its international influence expands, Beijing has obtained more leverage to bargain with Washington, and it believes that it deserves more respect and accommodation from the U.S. when it comes to China’s priority concerns” (XINBO, 2011, p. 3).

11 No original: “In Beijing, as in Washington, support for globalization is under strain. Peaceful development is China’s official policy, but some Chinese debate U.S. intentions and how best to balance their relations with

lado, “a ascensão da China trata-se de um verdadeiro fator de mudança econômica e geopolítica, representando uma oportunidade e um desafio para a grande potência global, os Estados Unidos” (BENDINI, 2016, p. 1, tradução nossa¹²). Diante disso, “Donald Trump identificou a China não só como competidora, mas também como a principal adversária econômica, política e militar dos Estados Unidos que tem de ser tratada com firmeza” (GUIMARÃES, 2020, online).

As relações baseadas nos princípios de não-conflito, não-confronto, respeito mútuo e ganhos recíprocos, alimentadas por Barack Obama e Xi Jinping (2013), encontraram-se em processo de decadência durante a Administração Trump (2016-2020). As retóricas nacionalistas e protecionistas do então presidente dos EUA, endossados pelo *America First*¹³ e pelo *Make America Great Again*¹⁴, denotaram a insegurança norte-americana frente ao crescimento chinês (LI, 2017). Somado a isso, o *Chinese Dream*¹⁵ de Xi Jinping destacou as ambições chinesas no tabuleiro geopolítico, expressas no projeto *One Belt, One Road* (OBOR)¹⁶ e na atuação assídua da nação em acordos internacionais (SPEKTOR, 2010). Segundo Zhaohui Wang e Jinghan Zeng (2020, p. 4, tradução nossa¹⁷) a iniciativa OBOR “é vista não apenas como a promoção da integração econômica regional da China, mas, mais importante, como a resposta da China à estratégia dos EUA de ‘Reequilíbrio para a Ásia’ e até mesmo da grande estratégia chinesa para estabelecer uma ordem Sinocêntrica na Eurásia”.

the United States” (HILLS; BLAIR, 2007, p. 9).

12 No original: “China’s rise is a real game-changer both economically and geopolitically, and represents both an opportunity and a challenge for the major global power, namely the United States” (BENDINI, 2016, p. 1).

13 “*America First* sinaliza a restauração da liderança americana e o papel tradicional do nosso governo internacionalmente - usar os recursos diplomáticos, econômicos e militares dos EUA para aumentar a segurança americana, promover a prosperidade americana e ampliar a influência americana em todo o mundo” (MCMMASTER, 2017 *apud* ADAMS, 2017, online).

14 *Make America Great Again*, assim como o *America First*, denota “a síntese do trumpismo: nacionalismo e populismo; recuo geopolítico e econômico” (BASSETS, 2017, online).

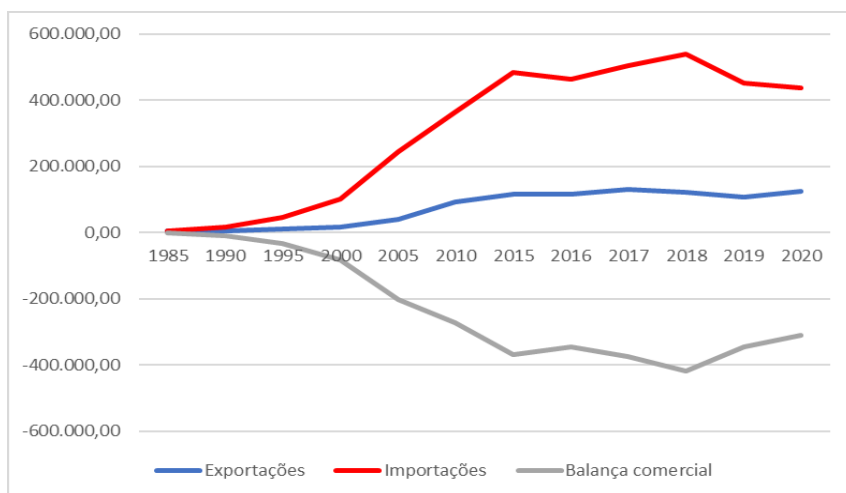
15 “We must make persistent efforts, press ahead with indomitable will, continue to push forward the great cause of socialism with Chinese characteristics, and strive to achieve the *Chinese Dream* of great rejuvenation of the Chinese nation. [...] To realise the Chinese road, we must spread the Chinese spirit, which combines the spirit of the nation with patriotism as the core and the spirit of the time with reform and innovation as the core” (XI JINPING, 2012 *apud* WHAT..., 2013, online).

16 OBOR é um projeto de investimentos em infraestrutura – rotas terrestres e rotas marítimas – lançado pelo governo chinês em 2013 que objetiva o aumento da influência e da cooperação da China com países da Ásia, da África e da Europa, incluindo a Rússia (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019).

17 No original: “is viewed not simply as China’s promotion of regional economic integration, but more importantly, as China’s response to the US “Rebalance to Asia” strategy and even China’s grand strategy to establish a Sino-centric order in Eurasia” (WANG; ZENG, 2020, p. 4).

Concomitantemente, “embora os dois países tenham se tornado economicamente interdependentes a um grau sem precedentes, a balança comercial entre ambos é altamente inclinada em favor da China” (FORSBY, 2016, p. 51, tradução nossa¹⁸), fator que aumenta ainda mais a insegurança dos estadistas norte-americanos. O gráfico 2 demonstra o déficit comercial norte-americano em relação à China, que teve o seu maior valor em 2018, totalizando cerca de US\$ 400 bilhões de dólares.

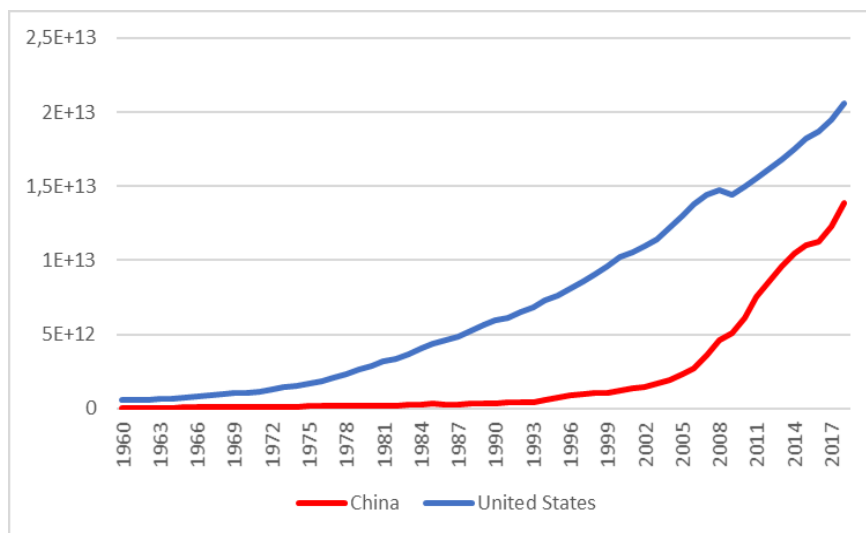
Gráfico 2 – Balança comercial EUA-China (1985-2020), em milhões de dólares



Fonte: United States Census Bureau (2021), elaboração nossa.

Assim sendo, para além das divergências culturais, ideológicas e políticas, o poder relativo econômico é um dos principais vetores que levam à competição nas relações bilaterais contemporâneas. Hoje, essas interações são grandemente explicadas pelas ambições econômicas da China e pela atuação cada vez mais assertiva do país na governança econômica global (WANG; ZENG, 2020). Nesse sentido, o gráfico 3 demonstra o crescimento do PIB chinês e do PIB norte-americano entre os anos 1960-2017.

18 No original: “Although the two countries have become economically interdependent to an unprecedented degree, their trade balance is highly skewed in China’s favor” (FORSBY, 2016, p. 2).

Gráfico 3 – PIB chinês e norte-americano (1960-2017), em dólares correntes

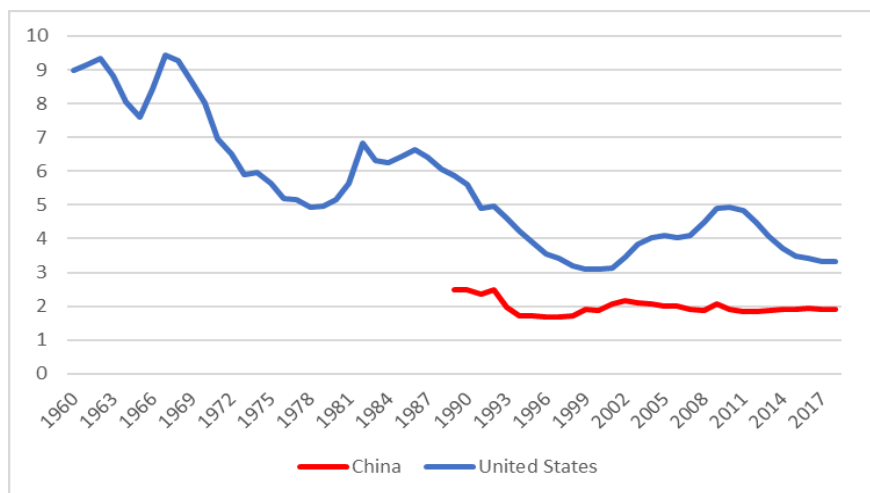
Fonte: The World Bank (2018), elaboração nossa.

A partir da análise do gráfico acima, observa-se que, desde 2002, o PIB chinês tem crescido exponencialmente, apesar de ainda estar abaixo do norte-americano. A partir do PIB inicial, em 1960, de aproximadamente US\$ 60 bilhões, a China obteve uma grande oscilação no período em análise, demonstrando um crescimento superior a 150% do indicador entre 2005 e 2010. Posteriormente, em 2017, o PIB chinês somou cerca de US\$ 12 trilhões, denotando o rápido e significativo crescimento do país contemporaneamente. Por seu turno, o PIB norte-americano em 1960 constituía-se de, aproximadamente, US\$ 543 bilhões, ao passo que em 2017 somou cerca de US\$ 19 trilhões (THE WORLD BANK, 2018).

Assim sendo, apesar da superioridade estadunidense no valor do PIB, o indicador demonstra que a China tem crescido rapidamente e em patamares mais elevados do que o dos EUA. Sem embargo, quando se analisa o PIB per capita, observa-se uma divergência maior. Enquanto este indicador foi de cerca de US\$ 10 mil para a China em 2018, para os EUA ele foi de quase US\$ 63 mil (THE WORLD BANK, 2021a), indicando que a renda da população chinesa ainda é

predominantemente semiperiférica. Por sua vez, o gráfico a seguir demonstra a variação dos gastos militares da China e dos Estados Unidos entre 1990 e 2017.

Gráfico 4 – Gastos militares da China e dos EUA (1990-2017), em porcentagem do PIB



Fonte: The World Bank (2021b), elaboração nossa.

O gráfico demonstra que os gastos militares dos EUA passaram de 9% do PIB no auge da Guerra Fria para cerca de 3% em 2017. Os dados da China para o período da Guerra Fria não estão disponíveis, mas contemporaneamente seus gastos militares chegam a quase 2% do PIB. Partindo dos US\$ 10 bilhões iniciais em 1990, a China expandiu significativamente os seus gastos militares, beirando os US\$ 220 bilhões em 2017. No Ocidente, os Estados Unidos tiveram um aumento de 99% nos gastos militares, visto que em 1990 estes eram de US\$ 306 bilhões e, em 2017, US\$ 609 bilhões (THE WORLD BANK, 2021b).

“A rede de 700 bases no exterior dos Estados Unidos várias ao redor da China é muito superior ao número de instalações militares chinesas no exterior. A rede de acordos militares dos Estados Unidos nas Províncias não tem paralelo com a rede da China” (GUIMARÃES, 2020, online). Assim, apesar do grande crescimento chinês nessa seara, o gigante asiático ainda está longe de alcançar o

investimento e a tecnologia de ataque e defesa dos estadunidenses, mas já demonstra suas ambições perante o sistema.

Portanto, “à medida que a China cresce e a diferença de poder entre ela e os EUA diminui, isso torna os norte-americanos mais inseguros e a China mais impaciente sobre uma mudança de poder percebida” (THANH, 2014, p. 24, tradução nossa¹⁹). Atualmente, se observa uma dicotomia nas relações bilaterais entre os dois países: “por um lado, há Donald Trump que acusa o livre comércio de ser o problema dos Estados Unidos porque enfraqueceu sua hegemonia; por outro lado, Xi Jinping, que defende o livre comércio e a globalização no discurso” (CARRILLO, 2017, p. 12, tradução nossa²⁰), visto que aprofundou o seu crescimento econômico nas bases desse sistema.

Logo, a tensão norte-americana diante da ascensão chinesa é constante, visto que a China tem crescido continuamente, tanto em termos econômicos, quanto militares, reduzindo o *gap* de poder com os EUA. No Ocidente, as preocupações se dão, principalmente, com o poderio econômico e tecnológico do país asiático, tanto em tecnologia militar, como em outras tipologias tecnológicas, como 5G e inteligência artificial, por exemplo. Hoje, a competição com a China está mais equilibrada. “Políticos americanos estão preocupados que a China se torne líder global nessas áreas e que comece a fornecer tecnologias ao mundo da mesma forma que os Estados Unidos têm feito há muitas décadas” (TURNER, 2020 *apud* LACERDA, 2020, online).

Além disso, enquanto a China utiliza-se do multilateralismo e da abertura nacional direcionada, os EUA têm adotado uma política isolacionista, em que um dos exemplos foi a saída do país da Parceria Transpacífica, em 2016 (BURACK, 2020). Sem embargo, apesar do afastamento sino-americano recente, um conflito militar entre as duas nações é improvável, visto que causaria danos significativos à economia de ambos e à estabilidade do sistema internacional (LI, 2017). Por outro lado, uma Guerra Comercial²¹ encontra-se em curso, evidenciando a dicotomia entre a cooperação e o confronto sino-americano. Esse conflito se iniciou em 2018

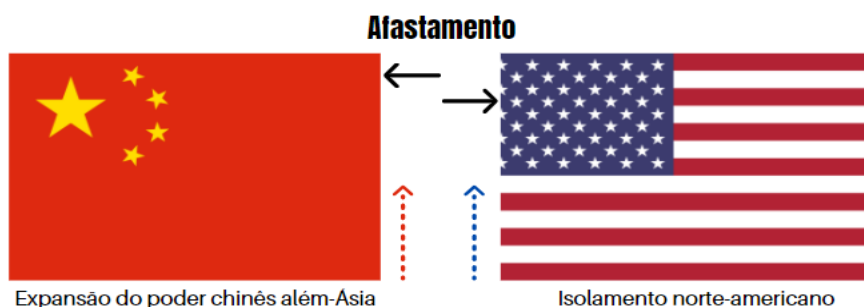
19 No original: “As China rises and the power gap between it and the U.S. narrows, this will make the U.S. more insecure and China more impatient about a perceived power shift” (THANH, 2014, p. 24).

20 No original: “Por un lado, está Donald Trump que acusa al libre comercio de ser el problema de Estados Unidos porque ha debilitado su hegemonía; por el otro, Xi Jinping que defiende en el discurso al libre comercio y a la globalización” (CARRILLO, 2017, p. 12).

21 Sobre a Guerra Comercial entre China e Estados Unidos (2018), ver: WEY, 2018.

com as acusações de Trump em relação às práticas comerciais da China e ao suposto roubo chinês da propriedade intelectual dos norte-americanos e, desde então, tem sido marcado por diversas trocas de barreiras tarifárias e comerciais entre ambos os países (WEI, 2019). A figura 3 evidencia o afastamento hodierno entre China e EUA, a partir da expansão chinesa e do fechamento norte-americano.

Figura 3 – A ascensão chinesa, o isolamento estadunidense e o afastamento sino-americano



Fonte: elaboração nossa.

Os discursos contemporâneos de política externa que emergem – fundamentados no *America First* e no *Chinese Dream* – denotam o interesse nacional de ambos os Estados em expandir o seu poder econômico, ideológico e militar no sistema internacional. Assim sendo, deduz-se que a balança comercial favorável à China e o seu crescimento ininterrupto repercutem nas preocupações norte-americanas, resultando no afastamento e nas fricções recentes entre China e EUA. Portanto, ao passo que os estadunidenses mantêm uma política de isolamento com o objetivo de proteger os seus interesses, a China preza pela expansão, ampliando a sua influência para além da Ásia. Mediante esse fenômeno, alguns autores discutem sobre possibilidades das relações sino-americanas serem calcadas, futuramente, em movimentos de dissociação ou de reaproximação bilateral (WEI, 2019; STEINBOCK, 2018), mas ainda é difícil de prever.

5 Conclusão

A percepção da necessidade de uma nova jogada dos *players* chineses e norte-americanos nos anos 1970 caracterizou-se como o ponto de inflexão nas relações sino-americanas. O baixo prestígio doméstico e internacional de ambos os países propiciou um novo *standard* para as suas políticas externas, denotando a jogada oportuna da aproximação sino-americana para conter a URSS. Essa cooperação inicial entre chineses e estadunidenses deu respaldo à hegemonia norte-americana e ao prelúdio da ascensão chinesa no pós-Guerra Fria.

A partir dos anos 1990 verifica-se uma nova dinâmica de funcionamento das relações internacionais. As divergências políticas e ideológicas entre China e Estados Unidos (apesar da abertura chinesa para o ocidente), além do contínuo crescimento econômico, militar e tecnológico chinês, resultaram na equidistância sino-americana, até a ascensão de Barack Obama nos EUA. Assim sendo, a dependência chinesa diante da exportação de *commodities* para os estadunidenses, bem como a dependência norte-americana perante a compra dos títulos do Tesouro Nacional pela China, demonstram a magnitude da coexistência pacífica dos dois Estados. Apesar de um confronto militar demonstrar-se improvável, uma guerra comercial encontra-se em curso.

As atuais retóricas nacionalistas de Donald Trump, endossadas no *Make America Great Again* e no *America First*, e de Xi Jinping, através do *Chinese Dream*, evidenciam a tensão entre os dois países. Considerando o interesse nacional como principal vetor da ação das nações no sistema, o afastamento contemporâneo entre China e Estados Unidos resulta da ascendência contínua chinesa, que a concedeu o *status* de superpotência emergente. Desse modo, a inquietude norte-americana diante deste fenômeno é visível, visto às políticas protecionistas recentes da nação perante o sistema, em oposição à conduta da China, que busca continuamente a sua expansão para além da Ásia. Conforme demonstra Arrighi (2007a):

[...] o renascimento da Ásia Oriental sugere que a predição de Adam Smith de uma eventual equalização de poder entre o Ocidente conquistador e o não-Ocidente conquistado pode finalmente se tornar realidade. [...] As implicações da ascensão da China são importantes. A China não é um vassalo dos Estados Unidos [...]. Mais importante, a China os substituiu cada vez

mais como a principal força motriz da expansão comercial e econômica no leste da Ásia e além (ARRIGHI, 2007a, p. 2-8, tradução nossa²²).

Nesse contexto, como Joseph Nye (2011) salienta, o *smart power* – que se traduz pelo nexos entre o *hard* e o *soft power* – expressa o grau de influência dos atores no sistema. Portanto, apesar da China demonstrar-se insuficiente em sua projeção através do *soft power*, o país, hoje, tem investido largamente nesta tipologia de poder, dando ênfase ao discurso de ascensão pacífica e harmoniosa. No âmbito do *hard power*, evidencia-se um rápido crescimento chinês, tanto na esfera econômica, quanto militar, denotando o (re)nascimento da China. Hoje, não se observa o declínio norte-americano, mas sim o avanço chinês, visto que, apesar do contínuo progresso da China, ainda faltam muitos obstáculos para alcançar o *hegemon* ocidental.

Portanto, Estados Unidos e China têm, hoje, duas opções para a próxima jogada: mergulhar em uma intensa rivalidade ou manter as relações sino-americanas variando entre a cooperação e o confronto, em busca de uma interação sólida e estável. A “transformação do sistema internacional não é simplesmente uma história sobre ‘a ascensão da China e o declínio dos EUA. Por um lado, tanto a China quanto os Estados Unidos são extraordinariamente poderosos. Por outro, eles são vulneráveis e estrategicamente mutáveis” (JISI; PENG; MINGHAO, 2017, p. 11, tradução nossa²³). As relações entre os dois países é uma combinação contínua de crescente e profunda interdependência, cooperação limitada e expansiva competição (WANG; ZENG, 2020).

22 No original: “[...] The East Asian renaissance suggests that Adam Smith’s prediction of an eventual equalization of power between the conquering West and the conquered non-West might finally come true. [...] The implications of China’s ascent are momentous. China is not a vassal of the United States [...]. More important, China has increasingly replaced the United States as the main driving force of commercial and economic expansion in East Asia and beyond” (ARRIGHI, 2007a, p. 2-8).

23 No original: “The transformation of the international system is not simply a story about “China’s rise and America’s decline.” On the one hand, both China and the United States are remarkably powerful. On the other, they are vulnerable and strategically changeable” (JISI; PENG; MINGHAO, 2017, p. 11).

Chimérica: Between Cooperation and the Sino-American Confrontation

Abstract: This article briefly illustrates the influence of variations in relative power between China and the United States on the dynamics of Sino-American relations between 1970-2018. In addition, the paper analyzes the impact of American nationalist rhetoric on these relations today. For its realization, the hypothetical-deductive approach method is used, with the help of technical procedures for bibliographic and documentary analysis. The partial results show that the variations in the relative power between China and the United States influenced the existence of three relational dynamics, namely: (i) approximation in the 1970s, (ii) equidistance between the 1990s and the mid-2000s and (iii) removal after Donald Trump's accession to the US presidency.

Keywords: China. United States. Power. Sino-American Relations.

Referências

ADAMS, Paul. 'America First?': o que a decisão de Trump de retirar EUA do acordo do clima diz sobre liderança global. **BBC News**, 2 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40131127>. Acesso em: 16 abr. 2021.

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **BIB**, São Paulo, n. 89, p. 1-28, 2019.

AMARAL, Gabriela Granço do. Análise da diplomacia Chinesa: a “ascensão pacífica” e seus questionamentos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. New York: Verso, 2007a.

ARRIGHI, Giovanni. **La globalización, la soberanía estatal y la interminable acumulación del capital**. *In*: CASTELLANO, Fernando López (Org.). Desarrollo: crónica de un desafío permanente. Granada: Universidad de Granada, 2007b. p. 183-216.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times.** New York: Ed. Verso, 2010.

BALDWIN, David A. **Power and International Relations: a conceptual approach.** Princeton: Princeton University Press, 2016.

BARTSCH, Bernhard; STANZEL, Angela. Sino-US Relations in the Trump Era: A Conflict in the Making?. *In*: TRILOGUE SALZBURG, 2017, Salzburgo. **Anais...** Salzburgo: Bertelsmann Stiftung, 2017. p. 116-124.

BASSETS, Marc. EUA e o mundo observam tensos ao nascimento da era Trump. **El País Brasil**, 20 jan. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/19/internacional/1484862117_281780.html. Acesso em: 16 abr. 2021.

BENDINI, Roberto. **United States-China relations: a complex balance between cooperation and confrontation.** Belgium: European Parliament, 2016.

BURACK, Cristina. Como quatro anos de Trump mudaram a política externa global. **DW Brasil**, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-quatro-anos-de-trump-mudaram-a-pol%C3%ADtica-externa-global/a-55426858>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CARRILLO, Adriana González. **La relación entre Estados Unidos y China: dinámicas de continuidad y cambio en la administración de Donald Trump.** Ciudad del Mexico: Centro de Estudios Internacionales Gilberto Bosques, 2017.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, jun. 2009.

DUMBAUGH, Kerry. **China-U.S. Relations.** Washington: Congressional Research Service, 2003.

FORSBY, Andreas Bøje. **Donald Trump and the US-China relations: Putting America First Could Give China the Edge.** Copenhagen: Dansk Institute For Internationale Studier, 2016.

GASPAR, Carlos. Os Estados Unidos e a China: dinâmicas de uma relação competitiva. **JANUS.ANUÁRIO**, Lisboa, v. 17, n. 1, p. 20-21, 2014.

GRAGNANI, Juliana. O que é 'globalismo', termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump? **BBC News Brasil**, 3 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46786314>. Acesso em: 17 abr. 2021.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A hegemonia dos EUA e a ascensão da China. **Brasil de Fato**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/artigo-o-sistema-internacional-e-o-imperio-hegemonia-dos-eua-e-ascensao-da-china>. Acesso em: 18 abr. 2021.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**: an enquiry into the origins of cultural change. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

HENDLER, Bruno. **Sistema Sinocêntrico Revisitado**: a sobreposição de temporalidades da ascensão da china no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático. 2018. 278f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HILLS, Carla A.; BLAIR, Dennis C. **U.S.-China Relations**: An Affirmative Agenda, A Responsible Course. New York: Council on Foreign Relations, 2007.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Anna. Capacidades Estatais Comparadas: China e a reforma do sistema nacional de inovações. **IPEA**, texto para discussão n. 2085, Rio de Janeiro, 2015.

JISI, Wang; PENG, Yuan; MINGHAO, Zhao. **China-US Relations**: Exploring a New Pathway to a Win-win Partnership. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2017.

KHEMANI, Stuti. What is State Capacity. **The World Bank Group**, Policy Research Working Paper n. 8734, fev. 2019.

KISSINGER, Henry A. **Diplomacia**. Barcelona: Talleres Gráficos, 1996.

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KOBIERECKI, Michel Marcin. Ping-Pong Diplomacy and its Legacy in the American Foreign Policy. **Polish Political Science Yearbook**, Online, v. 45, p. 304-316, 2016.

LACERDA, Nara. China e EUA: o que há por trás da maior disputa comercial do mundo?. **Brasil de Fato**, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2020/08/24/china-e-eua-o-que-ha-por-tras-da-maior-disputa-comercial-do-mundo>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEÃO, Rodrigo P. F.; PINTO, Eduardo C.; ACIOLY, Luciana. **A China na nova configuração global: Impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

LEITE, Diana Furtado da Silva. **A política externa dos Estados Unidos para a China: Contenção pelo Engajamento**. 2005. 111f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2005.

LEITE, Diana Furtado da Silva. A mão e a luva: a China anti-reacionária e a Doutrina Nixon. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 344-362, jul. 2010.

LI, Anthony H. F. China Facing the Trump Presidency: Opportunities for Global Power Projection? **China Perspectives**, Hong Kong, p. 69-73, out. 2017. Disponível em: <http://chinaperspectives.revues.org/7357>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MACHADO, Ricardo. O socialismo de mercado chinês é resultado da fusão entre a economia monetária, o keynesianismo e a planificação soviética. Entrevista especial com Elias Jabbour. **Instituto Humanitas UNISINOS**, Online, 16 out. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/593487-o-socialismo-de-mercado-chines-e-resultado-da-fusao-entre-a-economia-monetaria-o-keynesianismo-e-a-planificacao-sovietica-entrevista-especial-com-elias-jabbour>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MARZANO, Fábio Mendes. **Políticas de inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

NASCIMENTO, Lucas Gualberto do; MAYNETTO, Monica Esmeralda Bruckmann. One Belt, One Road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercussão no BRICS. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 1, p. 117-141, 2019.

NYE, Joseph. **The Future Of Power**. New York: PublicAffairs, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Do alinhamento e autonomia ao engajamento e contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 92-114, 2014.

SEALES, Rebecca. Eleições nos EUA: como Trump mudou o mundo. **BBC News Brasil**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54676719>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SPEKTOR, Matias. **O que a China quer?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

STEINBOCK, Dan. U.S.-China Trade War and Its Global Impacts. **China Quarterly of International Strategic Studies**, Xangai, v. 4, n. 4, p. 515-542, 2018.

TANCREDI, Letícia Di Maio. Estados Unidos, China e Rússia: do triângulo amoroso ao casamento estável. **Revista Hoplos**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 9-28, 2018.

THANH, Vu Duy. **Possible scenarios for China-U.S. relations by 2030**. 2014. 78f. Dissertação (Mestrado) – School of History, Philosophy, Political Science And International Relations, Victoria University of Wellington, New Zealand, 2014.

THE CORRELATES OF WAR PROJECT (COW). **National Material Capabilities**. 2021. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>. Acesso em: 25 mar 2021.

THE WORLD BANK. **GPD (current US\$)**. 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 24 jul. 2018.

THE WORLD BANK. **GDP per capita (current US\$)**. 2021a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>. Acesso em: 19 abr. 2021.

THE WORLD BANK. **Military expenditure (% of GDP)**. 2021b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS>. Acesso em: 25 mar. 2021.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Trade in Goods with China**. 2021. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.

WANG, Zhaohui; ZENG, Jinghan. From Economic Cooperation to Strategic Competition: Understanding the US-China Trade Disputes thought the Transformed Relations. **Journal of Chinese Political Science**, Heidelberg, v. 25, p. 49-69, 2020.

WEISS, L. **The Myth of the Powerless State**: Governing the Economy in a Global Era. New York: Cornell University Press, 1998.

WEI, Li. Towards Economic Decoupling? Mapping Chinese Discourse on the China-US Trade War. **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 12, n. 4, p. 519-556, 2019.

WEY, Liu. Trump's Trade War on China Is About More Than Trade. **The Diplomat**, 20 jul. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/07/trumps-trade-war-on-china-is-about-more-than-trade/>. Acesso em: 21 jul. 2018.

WHAT does Xi Jinping's China Dream mean? **BBC News**, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-22726375>. Acesso em: 19 jan. 2021.

XINBO, Wu. China and the United States: Core Interests, Common Interests, and Partnership. **United States Institute of Peace**, Washington, Special Report n. 277, p. 1-12, jun. 2011.